

PROJETO DE LEI N.º 9.025-A, DE 2017
(Do Sr. Nilto Tatto)

Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos; tendo parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação deste e dos de nºs 9026/17 e 9240/17, apensados, com substitutivo (relatora: DEP. MARA ROCHA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL;

DESENVOLVIMENTO URBANO; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

I - RELATÓRIO

Com o presente Projeto de Lei, o nobre Deputado Nilto Tatto visa a incentivar a agricultura urbana no âmbito das políticas nacionais de interesse social, por meio da inclusão de dispositivos que prevejam a implantação de projetos complementares de agricultura urbana de base comunitária na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que trata do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

Em sua justificação, o autor salienta: “o presente projeto busca inserir, entre os critérios para a implantação de empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida, o provimento do espaço e da infraestrutura necessária, para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável, baseada em técnicas agroecológicas”.

Além disso, acrescenta que: “como bem destacado pela EMBRAPA, a prática da agricultura surge como estratégia efetiva de fornecimento de alimentos, de geração de emprego, de garantia da segurança alimentar e de melhoria da nutrição dos habitantes das cidades. Além de complementar a alimentação das famílias de baixa e média renda, vislumbra-se também a geração de excedentes, que podem ser direcionados ao comércio local”.

À presente proposição encontram-se apensadas outras duas propostas legislativas, de autoria do mesmo parlamentar. O Projeto de Lei nº 9.026, de 2017, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir entre os instrumentos de política urbana, mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.

Já o Projeto de Lei nº 9.240, de 2017, altera a Lei nº 11.977, de 2009, para tornar obrigatório o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável na implantação de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).

O Projeto de Lei nº 9.025, de 2017, foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Desenvolvimento Urbano, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, sujeito à apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão durante o prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O termo agricultura urbana engloba a agricultura intraurbana, desenvolvida no interior das cidades, e a agricultura periurbana, realizada nas periferias.

Segundo Alexandre Dinnys Roesse¹, da Embrapa, dentre as principais vantagens de se praticar a agricultura urbana, podemos citar: a produção de alimentos para o consumo próprio ou para comercialização, visando à redução da insegurança alimentar das populações urbanas vulneráveis e à geração de renda; o melhor aproveitamento de espaços ociosos, evitando o acúmulo de lixo e entulhos ou o crescimento desordenado de plantas daninhas, onde poderiam abrigar-se insetos peçonhentos e pequenos animais prejudiciais à saúde humana; a utilização de resíduos domésticos na forma de composto orgânico para adubação e de águas residuais para irrigação; o desenvolvimento das relações humanas e da educação ambiental, valorizando a produção local de alimentos de outras plantas úteis, favorecendo a cultura popular e criando oportunidades para o associativismo e o aumento da consciência da conservação ambiental; a valorização estética dos espaços vegetados e o favorecimento da infiltração de água no solo, diminuindo o escoamento de água nas vias públicas; e a alternativa de atividade ocupacional, evitando o ócio e diminuindo a marginalização de pessoas na sociedade.

O autor salienta que “a consolidação de uma atividade coletiva tende a fortalecer as bases comunitárias, estreitando laços entre vizinhos e gerando um ambiente de convivência mais saudável e seguro. O efeito educativo da agricultura urbana merece destaque, por promover a conectividade habitual dos moradores das cidades com o meio ambiente. Ao prever que a prática terá base agroecológica, o projeto ainda incentiva, tangencialmente, o aproveitamento de água de chuva e a utilização de insumos orgânicos”.

Considerando a importância da agricultura urbana e a necessidade de políticas públicas para seu fortalecimento no Brasil, entendemos que a proposição mereça ser acolhida. Entretanto, os apensados PL nº 9.026, de 2017, e PL nº 9.240, de 2017, do mesmo autor, complementam a ideia original, motivo pelo qual apresentamos Substitutivo.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.025, de 2017, e dos Projetos apensados, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 2019

MARA ROCHA
Deputada Federal – PSDB/AC

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.025, DE 2017

Apensados: PL nº 9.026/2017 e PL nº 9.240/2017

Altera as Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.257, de 10 de julho de 2001 e 11.977, de 7 de julho de 2009, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção

¹ <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56429/1/ADM036.pdf>

local de alimentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

II -

i) incentivo à produção local de alimentos agroecológicos.” (NR)

.....

Art. 11.....

.....

VIII – implantação de projetos de agricultura urbana de base comunitária, complementares aos programas habitacionais de interesse social.”

.....(NR)

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VII e VIII:

“Art. 4º.....

.....

VII – mecanismos de incentivo à produção local de alimentos agroecológicos;

VII – mecanismos de incentivo a projetos de agricultura urbana.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 82-

E:

“Art. 82-E É um requisito para a implantação de empreendimento do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), a que se refere o art. 1º, inciso I, da presente Lei, o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável baseados em técnicas agroecológicas, conforme regulamentação.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 2019

MARA ROCHA
Deputada Federal – PSDB/AC

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em

reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 9.025/2017, o PL 9026/2017 e o PL 9240/2017, apensados, com substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Mara Rocha.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Fausto Pinato - Presidente, Neri Geller e Jose Mario Schreiner - Vice-Presidentes, Aroldo Martins, Cristiano Vale, Dagoberto Nogueira, Dimas Fabiano, Domingos Sávio, Dra. Vanda Milani, Emidinho Madeira, Evair Vieira de Melo, Evandro Roman, Franco Cartafina, Heitor Schuch, Isnaldo Bulhões Jr., Jerônimo Goergen, João Daniel, Juarez Costa, Junior Lourenço, Lucio Mosquini, Mara Rocha, Marlon Santos, Nelson Barbudo, Nivaldo Albuquerque, Pastor Gildenemyr, Pedro Lupion, Raimundo Costa, Robério Monteiro, Rogério Peninha Mendonça, Schiavinato, Tito, Valmir Assunção, Valtenir Pereira, Zé Carlos, Zé Silva, Aj Albuquerque, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Veras, Charles Fernandes, Christino Aureo, Diego Garcia, Dr. Luiz Ovando, Enéias Reis, Lucas Redecker, Luciano Ducci, Manuel Marcos, Pedro Westphalen, Rodrigo Agostinho, Rose Modesto, Santini, Severino Pessoa e Vinicius Poit.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 2019.

Deputado FAUSTO PINATO
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 4º e 11 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

II -

i) incentivo à produção local de alimentos agroecológicos.

.....” (NR)

“Art. 11.....

.....

VIII – implantação de projetos de agricultura urbana de base comunitária,
complementares aos programas habitacionais de interesse social.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VII e VIII:

“Art. 4º.....

.....
VII – mecanismos de incentivo à produção local de alimentos
VIII – mecanismos de incentivo a projetos de agricultura urbana.”

agroecológicos;
(NR)

Art. 3º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 82-E:

“Art. 82-E. É um requisito para a implantação de empreendimento do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), a que se refere o art. 1º, inciso I, da presente Lei, o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável baseados em técnicas agroecológicas, conforme regulamentação.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 2019.

Deputado FAUSTO PINATO
Presidente